

# ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

No dia 1 do mês de junho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações;
- 2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 30 e 31, de 18 e 25 de maio;
- 3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 551/XII/4.ª «Pretendem a organização dos cuidados da saúde no Médio Tejo» Relatora: Deputada Idália Serrão;
- 4. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Ministro da Saúde, «com vista ao esclarecimento de problemas existentes no Hospital Distrital de Santarém»;
- 5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 131/XIII/1.ª (CDS-PP) «Recomenda ao Governo a comparticipação, pelo escalão A, dos cremes e vestes compressivas para pessoas queimadas, quando devidamente prescritos pelo médico assistente ou das especialidades de Dermatologia ou Cirurgia Estética» e do Projeto de Resolução n.º 256/XIII/1.ª (BE) «Recomenda ao Governo um conjunto de medidas no âmbito do apoio e proteção a pessoas queimadas»;
- 6. Fixação da Redação Final do Texto de Substituição relativo aos PJL's n.ºs 6/XIII/1.ª (PS), 29/XIII/1.ª (PAN), 36/XIII/1.ª (BE) e 51/XIII/1.ª (PEV) Sobre o alargamento do âmbito dos Beneficiários das Técnicas de PMA;
- 7. Fixação da Redação Final relativa ao PJL n.º 183/XIII/1.ª (BE), sobre a Gestação de Substituição;
- 8. Fixação da Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 311/XIII/1.ª (BE), sobre o «Reforço do número de camas públicas na rede nacional de cuidados continuados integrados e na rede nacional de cuidados paliativos»;
- 9. Outros assuntos.
- 11:00 Apresentação, pela Comissão de Assuntos Europeus, da nova metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias, a entrar em vigor a 1 de Junho de 2016.



#### ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

# 1. Informações

O Presidente informou ter participado, durante dois dias, no final do mês de maio, no Congresso da Organização Mundial da Saúde, destacando que considera importante conhecer o funcionamento deste organismo e acompanhar o debate que a OMS leva a efeito relativamente a temas relevantes no setor da saúde.

# 2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 30 e 31, de 18 e 25 de maio

As Atas n.ºs 30 e 31, relativas aos dias 18 e 25 de maio, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

# 3. <u>Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 551/XII/4.ª - «Pretendem a organização dos cuidados da saúde no Médio Tejo» - Relatora: Deputada Idália Serrão</u>

A Deputada Idália Serrão apresentou o Relatório Final da Petição n.º 551/XII/4.ª, que tem 7 450 subscritores, referindo o seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas pela Comissão, designadamente a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, dando conta da resposta que foi recebida. Concluiu dizendo que o presente Relatório deve ser enviado ao PAR e aos peticionários, e ainda publicado. A Petição, tendo presente o número de subscritores, deverá ser agendada para discussão em plenário.

O Deputado Duarte Marques disse saber que a Comissão conhece bem os problemas de Santarém, nada tendo a opor ao Relatório, remetendo o PSD a sua posição para Plenário. Foi feito um diagnóstico pormenorizado, sendo certo que muito há ainda a fazer.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Relatora, manifestando a opinião de que o Relatório é objetivo, rico e contém muita informação. Os problemas estão identificados e são graves, sendo imperiosa a tomada de medidas, e algumas já estão a ser tomadas. Far-se-á uma discussão alargada em plenário, mas acompanha o Relatório. A Deputada Idália Serrão agradeceu as palavras, reiterando que, enquanto Relatora, pretendeu fazer uma apresentação objetiva e factual, ficando a dimensão política para Plenário.

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

# 4. <u>Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Ministro da Saúde, «com vista ao esclarecimento de problemas existentes no Hospital Distrital de Santarém»</u>

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento que solicita a audição do Ministro da Saúde «com vista ao esclarecimento de problemas existentes no Hospital Distrital de Santarém», tendo referido notícias veiculadas pela comunicação social que falam do encerramento de metade da capacidade do bloco operatório, de falta de condições de segurança naquela unidade e da demissão de parte dos médicos. Reconhece que o Ministro da Saúde respondeu já a algumas perguntas sobre esta matéria, que lhe foram colocadas na audição realizada no dia 25 de maio, mas o PCP manteve o requerimento porque a situação é agora ainda mais grave, sabendo-se que 40 doentes estão a aguardar internamento nos corredores, em macas, sem acompanhamento. Esta situação resulta das opções de sucessivos Governos, sendo que o PCP gostaria de ouvir o Ministro especificamente sobre este tema.

A Deputada Luisa Salgueiro disse compreender que possam existir matérias novas que justifiquem a audição do Ministro sobre esta questão, mas propõe que, estando agendada para o dia 22 de junho uma audição regimental, se possa fazer nesse dia uma ronda adicional, só dedicada ao Hospital de Santarém. Sabe-se que o Ministro terá limitação de tempo no dia 22 de junho, mas poderia começar-se mais cedo.

A Deputada Carla Cruz informou que o PCP não se opõe, desde que a ronda adicional seja dedicada exclusivamente a este tema e com tempo.

A Deputada Luisa Salgueiro salientou que caberá ao Presidente da Comissão articular com o Ministro, para garantir que existe disponibilidade para fazer esta ronda adicional.

A Deputada Ângela Guerra acrescentou que o Presidente conseguirá certamente adequar a agenda do Ministro da Saúde à viabilização desta audição, alertando apenas para as limitações de tempo que foram referidas no dia 25 de maio.

O Presidente foi então mandatado, por decisão unânime, registando-se a ausência do PEV, para alterar os tempos da grelha da audição, com a integração de uma ronda adicional, e ainda para articular com o Ministro no sentido de que na audição do dia 22 se discuta o Hospital Distrital de Santarém, nessa ronda adicional. Caso não seja possível, será agendada então outra data para abordar este assunto.



#### ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 131/XIII/1.ª (CDS-PP) «Recomenda ao Governo a comparticipação, pelo escalão A, dos cremes e vestes compressivas para pessoas queimadas, quando devidamente prescritos pelo médico assistente ou das especialidades de Dermatologia ou Cirurgia Estética» e do Projeto de Resolução n.º 256/XIII/1.ª (BE) «Recomenda ao Governo um conjunto de medidas no âmbito do apoio e proteção a pessoas queimadas»

O Presidente disse ter sido recebida Informação da DAPLEN propondo a redação final de cada um dos projetos, bem como um texto de fusão dos dois, para análise da Comissão. Perguntou aos Grupos Parlamentares subscritores qual a sua posição relativamente à fusão dos textos.

A Deputada Isabel Galriça Neto informou que entende terem de ser feitos alguns ajustes ao texto de fusão proposto, pelo que o CDS-PP e o BE irão reunir para tentar encontrar esse texto único.

A fixação da redação final ficou assim adiada para a próxima reunião.

6. <u>Fixação da Redação Final do Texto de Substituição relativo aos PJL's n.ºs 6/XIII/1.ª</u> (PS), 29/XIII/1.ª (PAN), 36/XIII/1.ª (BE) e 51/XIII/1.ª (PEV) - <u>Sobre o alargamento do</u> âmbito dos Beneficiários das Técnicas de PMA

O Presidente informou que, relativamente à redação final do texto de substituição dos PJLs n.ºs 6, 29, 36 e 51, sobre o alargamento do âmbito dos beneficiários das técnicas de PMA, a DAPLEN, na sua informação, havia referido uma possível desarmonia entre os números 2 e 3 do seu artigo 4.º (recurso à PMA). De facto, com o aditamento do n.º 3 a este artigo (permitindo o acesso generalizado das mulheres às técnicas de PMA), a referência no n.º 2 a «só pode verificar-se» parece configurar-se como uma possível desarmonia a ser corrigida. O Presidente colocou à consideração da Comissão a possibilidade do aperfeiçoamento deste número 2, em termos de redação final, eliminando, eventualmente, a palavra «só».

A Deputada Carla Cruz usou da palavra para frisar que deve manter-se o que foi votado, sendo que as técnicas de PMA continuam a ser método subsidiário, e não alternativo, de procriação (n.º 1 do artigo 4.º). Assim, pese embora a análise dos serviços, deve manter-se o espírito da lei.



#### ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Ângela Guerra disse parecer-lhe óbvio existir uma incongruência entre os números 2 e 3 do artigo 4.º, pelo que não teria objeção a aceitar a sugestão dos serviços.

A Deputada Isabel Moreira disse compreender a dúvida que foi suscitada, mas considerou não existir desarmonia, devendo ser mantida a redação como foi aprovada. Explicitando, disse que o n.º 2 contem uma regra e o n.º 3 uma exceção à regra, o que é uma técnica normal em direito.

Assim, por consenso, foi fixada a redação final, com os acertos feitos no texto proposto pela DAPLEN, mantendo-se o artigo 4.º tal como foi aprovado em Comissão e em Plenário.

# 7. <u>Fixação da Redação Final relativa ao PJL n.º 183/XIII/1.ª (BE), sobre a Gestação de</u> Substituição

Não havendo oposição às sugestões de redação da DAPLEN, foi fixada a redação final por consenso de todos os Grupos Parlamentares presentes.

8. <u>Fixação da Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 311/XIII/1.ª (BE), sobre o «Reforço do número de camas públicas na rede nacional de cuidados continuados integrados e na rede nacional de cuidados paliativos»</u>

Não havendo oposição às sugestões de redação da DAPLEN, foi fixada a redação final por consenso de todos os Grupos Parlamentares presentes.

#### 9. Outros assuntos

A Deputada Luisa Salgueiro lembrou que a Comissão deveria começar a agendar as audiências pendentes, que são muitas, para não prejudicar a vontade das entidades de serem ouvidas nesta sede.

O Presidente informou que o Serviço de Apoio havia alertado para isso mesmo, tendo já dado orientações no sentido de que se realizem duas audiências na próxima reunião.

A Deputada Luisa Salgueiro disse ainda que gostaria que fosse retomada uma prática da anterior legislatura, que consistia em fazer circular os projetos de ordem do dia pelos coordenadores dos Grupos Parlamentares na Comissão, antes de ser feita a convocatória.



# ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

O Presidente informou que assim se passará a fazer.

# 11:00 Apresentação, pela Comissão de Assuntos Europeus, da nova metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias, a entrar em vigor a 1 de Junho de 2016

O Presidente saudou a Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada Regina Bastos, e deu-lhe a palavra para fazer uma apresentação, em *power point*, que visa sensibilizar para a nova metodologia de escrutínio de iniciativas europeias na Assembleia da República, a entrar em vigor hoje mesmo.

A Presidente da CAE disse que se pretende que este escrutínio seja levado a cabo de forma mais aprofundada e refletida, para que não seja redundante e possibilite melhor legislação e uma melhor construção das soluções políticas. Depois de uma nota introdutória e de um diagnóstico da atual situação, procedeu ao enquadramento da nova metodologia, focando os objetivos que foram definidos, referindo a constituição do Grupo de Trabalho e a aprovação, a 1 de março de 2016, do novo procedimento de escrutínio. Explicou em detalhe o que vai mudar, com vista a dar maior eficácia ao trabalho do Parlamento, havendo uma pré-seleção das iniciativas a distribuir pela CAE às Comissões (o que será feito pelo Grupo de Trabalho a partir de 2017), sendo que as iniciativas distribuídas terão uma Nota Técnica, e as não distribuídas serão colocadas no portal das iniciativas europeias, podendo ser acedidas pelas Comissões, que poderão solicitar o escrutínio também para estas. Concluiu reiterando que se impõe que o trabalho do Parlamento seja mais eficiente, porque também a União Europeia é agora mais exigente, sendo necessário aprofundar o diálogo com as instituições europeias e com os outros Parlamentos dos países da UE.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos felicitou a Presidente da CAE pelo trabalho desenvolvido, que lhe parece permitir aceder mais facilmente às iniciativas europeias e participar mais no seu escrutínio. Perguntou que estratégias serão utilizadas para que os Deputados consultem a informação disponibilizada no portal.

A Presidente da CAE sugeriu que, também nas Comissões, se instituísse uma rotina através da qual as mesas, com o apoio técnico, divulgassem entre os Deputados as iniciativas não selecionadas, que possam ter interesse para cada Comissão em concreto, pedindo que, se houver observações críticas, lhas façam chegar.



#### ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Teresa Caeiro agradeceu também este esforço para se prestigiar o trabalho da Assembleia da República, nesta matéria, considerando que esta sistematização e procedimentos podem contribuir para isso.

A Presidente da CAE referiu que entende este apoio como um incentivo. Pensa que todos compreendem a necessidade de mudar os procedimentos, pois as críticas foram recorrentes durante várias legislaturas, e isso legitima esta alteração. Agradeceu a empatia e o apoio que os Deputados têm dado à CAE, e pensa que será possível um trabalho mais participado, transparente e construtivo.

O Presidente agradeceu as explicações da Presidente da CAE, dando a reunião por encerrada às 11:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 junho 2016.

**O PRESIDENTE** 

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



## ATA NÚMERO 32/XIII/ 1.ª SL

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra António Sales

Carla Cruz

Cristóvão Simão Ribeiro

Domingos Pereira

Eurídice Pereira

Fátima Ramos

Isabel Galriça Neto

Isaura Pedro

João Gouveia

Jorge Falcato Simões

José António Silva

José de Matos Rosa

José Luís Ferreira

Luís Graça

Luís Soares

Luís Vales

Luísa Salgueiro

Maria Antónia de Almeida Santos

Marisabel Moutela

Moisés Ferreira

Teresa Caeiro

**Duarte Marques** 

Idália Salvador Serrão

Isabel Alves Moreira

Maria Manuela Tender

Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Santos Ricardo Baptista Leite